

**A HISTÓRIA DAS MULHERES NA EDUCAÇÃO BÁSICA: CAMINHOS E
POSSIBILIDADES PARA ALÉM DA PERSPECTIVA SUPLEMENTAR**

Fabiane Lima Santos¹
fabianelsantos@gmail.com

Resumo: O trabalho em questão visa contribuir para uma prática pedagógica que compreenda a história das mulheres como domínio intrínseco ao currículo e à história ensinada em sala de aula. Afinal, mesmo com toda produção realizada, notadamente rica e diversa, ainda contamos uma história das mulheres, em sala de aula, sob uma perspectiva suplementar, que estabelece uma visão genérica e universalizante. Nesse sentido, proponho um olhar sobre o ensino de história a partir de uma história das mulheres que extrapole a visão suplementar e generalizante, e que compreenda a mulher como sujeito histórico único, diverso e plural, partindo da premissa de que a academia e a educação básica precisam estar cada vez mais próximas e alinhadas, e do entendimento de que velhos paradigmas precisam ser superados. A partir dessa perspectiva, apresento alguns depoimentos de estudantes pesquisadores, e algumas perspectivas no campo da Iniciação Científica Júnior no ensino médio como iniciativa na promoção de uma pesquisa que vislumbre e possibilite narrativas de mulheres sobre o seu fazer enquanto mulheres-professoras na educação básica.

Palavras-chave: História das Mulheres; Ensino de História; Mulher-professora.

INTRODUÇÃO

A história das mulheres é um domínio relativamente novo, considerando todo o percurso traçado pela escrita da história. Notadamente, é possível perceber a riqueza e a diversidade nas produções encontradas, que evidenciam a mobilização pelo equilíbrio entre a necessidade de se estudar a participação das mulheres na construção da história e a produção acadêmica, promovendo uma reescrita da história a partir da superação do velho paradigma de invisibilidade das mulheres como sujeitos históricos. No entanto, apesar do crescente volume de produções nas últimas décadas, ainda é vagaroso e pouco assertivo um ensino de história, na educação básica, que ressignifique a presença da mulher nos espaços, na política, no cotidiano. Ainda vemos, ensinamos e aprendemos – no contexto dos saberes escolares – um ensino de história das mulheres que as coloca como suplemento nos processos históricos, um

¹ Graduada em História com Habilitação em Patrimônio Cultural pela Universidade Católica do Salvador. Endereço eletrônico: fabianelsantos@gmail.com

anexo, uma história a mais, que menos reinventa do que acrescenta e que estabelece uma visão genérica e universalizante do termo mulher. Há uma urgência, portanto, em propor uma história das mulheres nas escolas, mas ainda sabemos pouco como fazê-la, considerando sua pluralidade, suas experiências individuais e coletivas, seus fazeres e sua historicidade.

Sendo assim, proponho um olhar sobre o ensino de história a partir de uma história das mulheres que extrapole a visão suplementar e generalizante, e que compreenda a mulher como sujeito histórico único, diverso e plural, partindo da premissa de que a academia e a educação básica precisam estar cada vez mais próximas e alinhadas, e do entendimento de que velhos paradigmas precisam ser superados. A partir dessa perspectiva, apresento uma produção no campo da Iniciação Científica Júnior no ensino médio como iniciativa na promoção de uma pesquisa que vislumbre e possibilite narrativas de mulheres sobre o seu fazer enquanto mulheres-professoras na educação básica. Em seguida, analiso como a tentativa de compreender o que é e quais construções histórico-sociais que constituem a formação dessas mulheres (não restritas às suas respectivas formações acadêmicas) impulsionaram nos estudantes um senso de historicidade que os permitiu compreender as mulheres-professoras em sua dimensão plural, dada a dimensão de que cada narrativa carregava em si, saberes, histórias de vida, recortes de raça, classe e gênero. E que esse conjunto de fatores, denominado subjetividades pelos estudantes-pesquisadores, construiu e constrói cotidianamente a mulher-professora e sua prática pedagógica em sua unicidade e diversidade.

O FAZER DO PROFESSOR DE HISTÓRIA E A HISTÓRIA CONTADA

A história do professor de História no Brasil se confunde, em parte, com a própria História da Educação brasileira, bem sabemos. Nesse sentido, cabe mencionar a Pedagogia Tradicional que muito marcou a formação dos sujeitos – professores e alunos no século passado e, ainda se faz presente na formação das pessoas neste século – e se classifica, segundo Libâneo (1985), na medida em que a escola assume o papel de preparar o indivíduo moral e intelectualmente para assumir seu lugar na sociedade.

A escola tradicional estabelece posição a favor da manutenção da ordem vigente, no entanto em seu discurso a ideia é de que a oportunidade da obtenção do conhecimento é a

mesma para todos, desde que se esforcem para tanto. Assim, os menos capazes devem lutar para superar suas dificuldades e conquistar seu lugar junto aos capazes. Caso não consigam, devem procurar o ensino profissionalizante. Na perspectiva da escola tradicional, o professor é entendido como centro do processo de ensino-aprendizagem, capaz de reproduzir conhecimento à “tabula rasa” que é o aluno. Dessa escola, frutificaram-se as aulas expositivas, os métodos de memorização e o ensino enciclopédico.

É interessante observar que há uma tentativa de legitimar pelo controle do ensino de História, a lógica política do Estado e da classe dominante, anulando a liberdade de formação e de pensamento da juventude, homogeneizando a imagem destes sujeitos sociais, em torno da imagem do homem que melhor serve aos interesses do Estado e da Nação. (FONSECA, 1993, p. 61)

O pensamento e prática pedagógica tradicional, mesmo hegemônica durante grande parte da história da educação brasileira, não conseguiu evitar que ideias de cunho libertário, não autoritário, circundassem e, por que não dizer, regessem inúmeras teorias que caracterizaram uma forma mais democrática e socialmente mais justa e responsável. A sala de aula é pensada como um ambiente de constante construção do conhecimento, no qual professor e aluno possuem saberes relevantes neste processo, ambos ensinam, aprendem e apreendem dentro do processo. No entanto, toda essa efervescência teórica se vê impossibilitada no âmbito prático, seja pela ausência de políticas públicas, seja pelo distanciamento entre o que se pensa no campo teórico e o que se vivencia na prática.

Sabemos que ser professor no Brasil, sobretudo, ser professor do ensino básico, não é tarefa das mais fáceis. Até meados do século XX, o professor de ensino básico ainda possuía ao menos algum prestígio no imaginário popular, ainda perceptível no respeito e admiração conferido à classe por parte dos mais velhos. Com o surgimento do professor universitário, o ensino básico sofreu grande abalo, já que ao almejar um curso superior, o indivíduo conquistaria o título de professor universitário, abandonando, assim, o conhecido “ensino primário”, fragilizando ainda mais um nível de ensino demasiado carente de políticas públicas.

O ensino de história no Brasil, por sua vez, passou por muitas modificações desde sua inclusão como disciplina autônoma² em 1837 e a introdução do estudo de História do Brasil em 1855. A História contada em sala de aula refletiu as necessidades e interesses das elites brasileiras durante grande parte de nossa história. Em momentos pós-Independência e constituição do Estado Nacional, e mesmo com o advento da abolição da escravatura e a implantação da República, sentiu-se a necessidade de contar uma nova História, de ideologia nacionalista, capaz de fomentar a criação de uma identidade nacional, dirimir as diferenças conhecidas desde o período colonial, além de tornar uníssono o discurso de um território tão vasto e adverso.

Durante esse período, foram poucas as mudanças no que se refere à concepção de História e, por conseguinte, também foram poucas as mudanças de teor metodológico em sala de aula. Os conteúdos apontavam para uma história dos grandes fatos, pautada numa série de eventos sob a perspectiva da civilização ocidental, impondo-se como protagonista na história da humanidade. Acompanhando essa lógica de dominação intelectual, a sala de aula também projeta o chamado “discurso competente”³, estabelecendo uma relação entre saber e poder. Quanto maior a qualificação, mais apto o indivíduo torna-se detrimento do outro.

Nesse sentido, a universidade e o professor universitário estabelecem uma relação de superioridade em relação ao professor de ensino básico, que, por sua vez, detém o saber em relação ao aluno, desprovido de quaisquer conhecimentos. Sendo assim, o formato da sala de aula e a maneira de ensinar caracterizam, mesmo com tentativas de repensar a escola e compreender seus sujeitos de maneira mais democrática, ainda hoje essa concepção tradicional de educação, na qual o professor reproduz o conhecimento gestado por outrem – a universidade – e o aluno apreende o conteúdo, sem qualquer questionamento.

Nas últimas décadas, o ensino de História e a educação de modo geral vêm sofrendo uma série de críticas no que concerne ao seu conteúdo e forma. A ideia de escola tradicional, carregada de autoritarismos, passa a ser concebida como uma estratégia de dominação, na qual quantidade de conhecimento determina como deve ser estratificada nossa sociedade. Em consonância a essas críticas, o ensino de história e a sala de aula também vêm sendo

² Parâmetros Curriculares Nacionais, 1998, p.19.

³ Ver CABRINI, 2008, p. 32.

repensados. As histórias dos heróis vem, aos poucos, dando lugar à história dos homens e mulheres comuns. As histórias das grandes guerras, da cultura erudita têm dado lugar aos modos de viver, os costumes e a cultura popular. E assim, temos tentado contar a história vinda de baixo.

Na realidade escolar, mesmo com diversas contribuições no campo teórico, o professor não tem conseguido fazer valer essa nova concepção de ensino. Sejam pelas más condições de trabalho, aspectos relacionados à deficiente formação desse profissional, ausência de políticas públicas e medidas de incentivo para democratizarmos o ensino ou até mesmo por uma concepção tradicional de educação ainda presente em muitos destes profissionais, o fato é que, na realidade, nossa escola ainda tem muito de tradicional.

Para além dessas questões estruturais, hoje, o ensino de história, tal qual a sociedade atual, tem enfrentado uma nova quebra de paradigmas. A era da pós-verdade chegou à sala de aula de forma avassaladora. Se por um lado o trabalho do professor precisa ser reelaborado de modo a democratizar o processo de ensino-aprendizagem, construir novas formas e ferramentas e caminhar para uma práxis mais horizontal, na qual o estudante venha a ser protagonista de sua própria história e sim, temos caminhado positivamente nesse sentido. Por outro lado, a febre das mídias, a necessidade imediata de existir, ver e ser visto; a quantidade de informações veiculadas por rede sociais, por vezes de origem duvidosa, somadas a uma onda de comportamentos neoconservadores que têm descreditado o conhecimento científico em todas as suas instâncias, nos faz refletir sobre dois aspectos importantíssimos e nada inéditos: urge a necessidade de aproximarmos ensino básico e academia e o ensino de história precisa ser ainda mais atrativo e significativo.

A primeira demanda é condição *sine qua non* à construção do conhecimento plural e que pode nos possibilitar vivências revolucionárias em sala de aula. A produção científica, as recentes discussões no âmbito das ciências humanas ainda atuam de forma periférica e superficial no ensino básico, basta acompanharmos, no tocante ao ensino de história, a persistente compreensão da história linear, a insistência sob o olhar político-econômico dos fenômenos do passado e o destaque ainda presente na perspectiva eurocêntrica dos fatos históricos. Essa percepção nos leva a compreender, muitas vezes, o quão ainda é pouco atrativo e vazio de significado os conteúdos abordados em sala de aula.

A história “revelada” no cotidiano escolar parece, conforme análise de Cabrini, com conteúdos cristalizados e de certa forma distantes da realidade objetiva dos estudantes. Entender o porquê das coisas, o que está por trás da abordagem das temáticas discutidas, como o pesquisador chega a conclusões sobre processos históricos, como dialoga com as fontes; são ricas reflexões, que por vezes, passam despercebidas em nossa práxis. Em meio à apresentação de trabalhos, lista de exercícios, provas e provações constantes, o estudante do ensino médio traça sua jornada muitas vezes sem lhe ser possibilitado um curso que contemple sua formação de maneira mais completa e significativa, para além do conjunto de informações memorizadas ou apreendidas, cujos objetivos estão direcionados, na maioria das vezes, as avaliações quantitativas e o desejado acesso ao ensino superior.

Ao docente é cabida a reflexão cotidiana de sua práxis em sala de aula, o que permite a este uma maior consciência de seu papel político, de caráter formador, e não apenas reprodutor de conteúdos apreendidos outrora. Não quero com isso propagar a ideia de que o professor é o grande protagonista das transformações sociais, e sim considerar que há uma escolha a ser feita e que está diretamente vinculada à visão de mundo do docente, sua consciência de classe, o que entende como suas responsabilidades e os valores que pretende estabelecer. Ao omitir-se desta escolha, o professor não se abstém, apenas reproduz, consciente ou inconscientemente, uma prática educativa carregada de ideologias. A educadora argentina pontua essa prática pedagógica sugerindo três tipos de posturas no exercício da docência:

Existem mestres para quem está tudo muito bem do jeito que está e para quem os valores e características da sociedade atual não devem mudar, devem mesmo ser difundidos [...] outros, que são a maioria, definem-se a si mesmos como “professores” e nada mais. Afirmam que a “escola é escola e política é política” [...] A terceira categoria pode ser definida como “professor-povo”. Ele não acredita que sua missão seja difundir os valores do opressor; ao contrário, acredita que o sentido de seu trabalho é ajudar o povo a se descobrir, a se expressar, a se libertar. (NIDELCOFF, 1978, P. 19)

Assim como Nidelcoff, entendo que a prática pedagógica leva implícita uma concepção de sociedade e das relações humanas (NIDELCOFF, 1978, p.23). Dessa forma quando a concepção (a ideologia) não é bem definida ou não é democraticamente pensada, a escola atua a partir das ações isoladas de professores, coordenadores, alunado, direção e demais funcionários.

Por outro lado, apesar de exigirmos do docente uma reflexão acerca de sua praxe, há um problema de cunho muito mais amplo e que deve ser considerado. O professor está inserido num contexto contraditório, em que o fator econômico tem atuado de forma quase que determinante em relação ao seu trabalho. De acordo com Pura Lúcia O. Martins, esse indivíduo vende a sua força de trabalho, mas não vende sua capacidade produtiva (MARTINS, 2002, p. 68), dessa forma, assim como qualquer outro operário, o professor realiza as atividades cuja divisão do trabalho destitui qualquer possibilidade de atuação autônoma e reflexiva.

Na prática podemos perceber que o docente atua, muitas vezes como mero executor de tarefas, obrigado a cumprir integralmente um planejamento construído por alguém que desconhece a dinâmica da sala de aula, a estabelecer métodos que não condizem com suas concepções. A partir dessa constatação, percebe-se uma descaracterização do papel do professor o que o torna, de certa maneira, apenas um reproduzidor, que ao não trabalhar para transformar, ajuda àqueles que pretendem manter as relações de dominação.

O ENSINO COMO PESQUISA E A HISTÓRIA DAS MULHERES

É claro que nem tudo está perdido. Mesmo com as adversidades acima constatadas, o ensino de história segundo Tourinho⁴, “quando a gente o olha através de outros pontos de vista, deixa entrever possibilidades surpreendentes”. Nossos professores criam e recriam em sala de aula, basta olharmos com mais afinco e perceberemos inúmeras inovações relacionadas à metodologia e a utilização de recursos, constatando o papel construtor deste profissional. É a partir dessa perspectiva e perseguindo a ideia de que práticas inovadoras e significativas no ensino de história são possíveis, que surge a proposta de criar um projeto de Iniciação Científica no Ensino Médio. Um caminho perseguido por alguns professores, de diferentes áreas do conhecimento, com objetivo de possibilitar ao estudante sua inserção no universo da pesquisa e contato com a ciência empírica, possibilitando, além de uma formação em iniciação científica, o aprofundamento e enriquecimento dos conhecimentos na área de estudo de sua preferência. Seu objetivo é favorecer o “aprender a conhecer” a partir de

⁴ Ver TOURINHO, Maria Antonieta de Campos. O Ensino de História: Inventos e Contratemplos. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador.

experimentos e investigações sobre impactos no meio ambiente, processos produtivos, seres vivos e o “aprender a fazer” a partir do desenvolvimento da capacidade de transformar o estudo, a pesquisa e o conhecimento em propostas e soluções criativas, inovadoras, sustentáveis para a sociedade e o meio ambiente. Sua organização está fundamentada em linhas de pesquisa, de acordo com a área de atuação, objetivo e objeto de estudo, conforme segue descrito a seguir. A iniciação científica júnior promove significativa revolução na relação que o estudante tem com o conhecimento, e a pesquisa aplicada é condição substancial para superarmos a educação bancária ainda vigente em muitos espaços de aprendizagem.

O desenrolar da iniciação científica júnior se deu a partir da criação de um núcleo de pesquisa na escola SESI Djalma Pessoa, cujo intuito era aproximar o estudante do conhecimento científico de maneira prática, tornando-o construtor de sua própria pesquisa, a partir de afinidades pré-existentes. Assim como na graduação, os estudantes passam por uma seleção que envolve prova escrita, com intuito de compreender o nível de familiaridade com a ciência, seus conceitos e métodos. Em seguida os estudantes realizam uma produção textual que nos ajuda a compreender sua trajetória escolar, suas intenções na IC, suas afinidades temáticas e suas propostas de pesquisa. Esse processo se dá de maneira anônima, na tentativa de estabelecer uma seleção mais justa ao processo seletivo. O interessante é que, ao final das etapas mencionadas, os aprovados não são, necessariamente, estudantes nota dez, se pensarmos a concepção tradicional de educação. Características como curiosidade, senso crítico e inquietação são as mais comumente percebidas entre os estudantes que adentram ao projeto e o desempenho acadêmico deles passa a ser acompanhado de perto pelos orientadores, sobretudo no que tange ao desenvolvimento de competências e habilidades nas duas atividades – sala de aula e iniciação científica.

Findado o processo seletivo na linha de pesquisa de escolha dos estudantes, há uma formação teórico-metodológica realizada no primeiro semestre do projeto. Durante esse período, na linha de pesquisa História, Memória e Oralidade, a qual coordeno e oriento, os agora orientandos, tem acesso a leituras e formações iniciais que visa familiarizá-los com os conceitos de história, fonte histórica, tempo histórico, dentre outros pressupostos teórico-metodológicos que o acompanharão durante os dois anos de projeto. Em seguida, os estudantes iniciam, a partir de suas inquietações, anseios e angústias, a construção de um

projeto de pesquisa, em que definem a temática a ser pesquisada, justificativa, fundamentação teórica, objetivos a serem alcançados, fontes e métodos que serão utilizados, cronograma e referenciais teóricos. Comumente são realizadas pesquisas de campo, aplicação de questionários, entrevistas e transcrições. Esse rigor científico mais do que obedecido pelos estudantes pesquisadores, é compreendido como o desenrolar de processos essenciais na construção de suas pesquisas, definido e realizado por eles, o que ratifica a ideia da importância de envolver o estudante na construção de novos conhecimentos de forma autoral e única. Nem é preciso dizer a grandiosidade desse trabalho e os inúmeros ganhos ao final de cada etapa.

Participar da CEHMO, com certeza, foi um divisor de águas em minha vida. Através dela, fui apresentada ao mundo do saber autônomo, onde a educação vai além dos muros escolares e o conhecimento não necessariamente se dá numa sala de aula. Hoje, a cada novo desafio, consigo perceber o quão a participação no grupo de Iniciação Científica Jr. foi determinante não só para a minha formação acadêmica, mas também, para a minha formação como ser no Mundo.

O depoimento acima é de Heloísa Cunha, estudante que fez parte do grupo de pesquisa entre os anos de 2015 e 2017, atualmente realiza graduação em História pela Universidade Federal da Bahia e durante o período que atuou na IC, realizou pesquisa intitulada “Subjetividades em Sala: um olhar sobre a mulher professora na escola SESI Djalma Pessoa”, cujo objetivo era compreender, quais fatores influenciavam na formação e na práxis de suas professoras no ensino médio, juntamente com outros dois estudantes, Ana Luiza Sena e Luís Felipe dos Santos, ambos estudante de Direito atualmente.

O objetivo desse trabalho, a partir da análise das fontes coletadas, é compreender a subjetividade em sala de aula, sob a perspectiva da mulher professora e as questões que permeiam sua vida e profissão. Para isso, é necessário analisar, através da história da educação, os contextos que influenciaram na construção dos diferentes perfis das professoras em exercício, identificar as variantes que podem influenciar o olhar da mulher professora e analisar como estas interferem no exercer da profissão em questão, além de compreender a mulher na história e posicioná-la na história da educação.⁵

Durante a construção da pesquisa supracitada, os estudantes envolvidos realizaram inúmeras leituras. Conheceram o trabalho de autores como Paulo Freire, Maurice Tardif,

⁵ Trecho do artigo Subjetividades em Sala: um olhar sobre a mulher professora na escola SESI Djalma Pessoa, publicado na Revista Jovem Cientista pela Universidade Federal da Bahia em 2018.

Mary Del Priore, dentre outros que os ajudaram a compreender desde a história das mulheres no Brasil, questões relacionadas a prática pedagógica e aos saberes docentes. A pesquisa foi metodologicamente estruturada em etapas de aplicação de questionário e entrevistas e os resultados obtidos geraram ampla discussão em eventos científicos e por fim a publicação na Revista Jovem Cientista, importante veículo de comunicação científica do ensino básico, organizado pela Universidade Federal da Bahia. E, mais importante, os estudantes pesquisadores concluíram ao final da pesquisa, que os contextos de vida de suas professoras, como recortes de classe, raça, gênero – que os estudantes pesquisadores chamam de subjetividades - são tão importantes quanto a formação inicial de suas professoras e que essas questões interferem diretamente nas concepções de mundo e de educação das docentes o que, por conseguinte garante a pluralidade de práticas pedagógicas.

As subjetividades influenciam diretamente na prática educacional. A validade desse trabalho está justamente em compreender a práxis como resultado de vivências e especificidades atreladas à formação contínua das professoras em questão. Tendo em vista que as subjetividades impactam diretamente na prática profissional, dá-se, então, a necessidade de evidenciá-las e analisá-las, para assim obter maior compreensão acerca das relações e práticas existentes nos espaços educacionais contemporâneos.⁶

Até a consolidação e divulgação de suas pesquisas, os estudantes pesquisadores passam por um longo processo de formação teórica na tentativa de fazê-los compreender conceitos chave no caminho da pesquisa. Entretanto, somente após a *mão na massa*, conseguimos compreender mudanças de percepção conceituais e metodológicas, diretamente envolvidas na lida cotidiana da pesquisa científica. Nesse sentido, realizei alguns questionamentos pontuais aos estudantes no que se refere a mudanças de percepção entre o ensino de história compreendido em sala de aula e os ganhos substanciais na iniciação científica. As respostas serão identificadas a partir das iniciais dos estudantes pesquisadores, a fim de preservar a identidade deles.

Sobre a compreensão da importância da ciência, os estudantes pesquisadores perceberam significativa mudança de percepção após participarem da IC. Foi unânime o

⁶ Trecho do artigo Subjetividades em Sala: um olhar sobre a mulher professora na escola SESI Djalma Pessoa, publicado na Revista Jovem Cientista pela Universidade Federal da Bahia em 2018.

entendimento de que a ciência deve fazer parte do cotidiano e que a compreensão do fazer científico através da pesquisa, aproxima-os do conhecimento de forma mais significativa.

Antes eu tinha um olhar muito superficial sobre a Ciência. Imaginava que se restringiam as ciências da natureza e não considerava História parte dela. Mas, através da Iniciação pude compreender que o fazer ciência é a comprovação, ou não, de fatos e suposições através de pesquisas que surgem das mais variadas perguntas. É falar sobre a realidade, ainda que ela não seja tão real e é também observar sempre sob mais de uma percepção. A ciência não é algo que precisa estar distante de nós. Muito pelo contrário, estamos constantemente em contato com ela (A. C. 17 anos).

O conceito de história e a importância do ensino de história também foram questões relevantes na discussão proposta. Em sua maioria, os estudantes criticaram a velha forma de ensinar história, não tanto pela metodologia, visto que eles reconhecem as diferentes estratégias e inovações de seus professores em sala de aula, mas pela concepção ainda conteudista presentes nas aulas, a partir da percepção de que a busca pelo conhecimento deve, primeiramente, fazer sentido na realidade objetiva dos alunos. Em virtude das inúmeras avaliações, exames e vestibulares, a iniciação científica passou a ser mais desafiadora.

Minha visão em questão a área histórica de conhecimento sempre foi bastante positiva e também entusiasmada, é uma matéria que em geral sempre me causou certo prazer e curiosidade de estudar, tanto pela questão antepassada da civilização atual, quanto a questão informativa. A iniciação científica em si foi algo que eu não esperava nem de longe em fazer, eu apenas vivia robotizado como a maioria dos estudantes de ensino médio, apenas pensando em vestibulares e faculdade, porém com a oportunidade de experimentar algo novo e sair da minha zona de conforto, eu senti que eu precisava participar de tal projeto (R.C, 16 anos)

Sobre o desenvolvimento de seus projetos, os estudantes pesquisadores anunciam com entusiasmo as ações desenvolvidas, desde a escolha da temática até os recortes definidos durante a pesquisa, o que evidencia a importância da construção de uma prática pedagógica que fomente a autonomia na construção do conhecimento protagonizado por eles.

Estou realizando uma pesquisa sobre a representatividade feminina em desenhos animados, mais especificamente nos desenhos Disney. Surge da indagação acerca de como a imagem da mulher é construída nesse meio, e a importância de se debater sobre isso, tendo em vista a mídia como um aparelho formador social. É um trabalho muito bacana, e para desenvolvê-lo estamos investindo na ludicidade através da

criação de um jogo, onde poderemos analisar todas as questões levantadas na pesquisa e a jogabilidade do mesmo (B. M. 17 anos).

A despeito do trabalho supracitado por B. M. a história das mulheres é um domínio relativamente novo, considerando todo o percurso traçado pela escrita da história. Notadamente, é possível perceber a riqueza e a diversidade nas produções encontradas, que evidenciam a mobilização pelo equilíbrio entre a necessidade de se estudar a participação das mulheres na construção da história e a produção acadêmica, promovendo uma reescrita da história a partir da superação do velho paradigma de invisibilidade das mulheres como sujeitos históricos. No entanto, apesar do crescente volume de produções nas últimas décadas, ainda é vagaroso e pouco assertivo um ensino de história, na educação básica, que ressignifique a presença da mulher nos espaços, na política, no cotidiano. Ainda vemos, ensinamos e aprendemos – no contexto dos saberes escolares – um ensino de história das mulheres que as coloca como suplemento nos processos históricos, um anexo, uma história a mais, que menos reinventa do que acrescenta e que estabelece uma visão genérica e universalizante do termo mulher. Há uma urgência, portanto, em propor uma história das mulheres nas escolas, mas ainda sabemos pouco como fazê-lo, considerando sua pluralidade, suas experiências individuais e coletivas, seus fazeres e sua historicidade. Nesse sentido, a estudante Y. F é bastante assertiva, na medida em que evidencia a invisibilidade das mulheres na escrita da história em sua proposta de pesquisa:

Tenho desenvolvido um jogo sobre representatividade feminina nos desenhos Disney, o projeto surgiu quando percebemos que a mulher durante a história nos desenhos animados foi se transformando a partir dos valores sociais da época, entretanto, essa escrita é feita em maioria por homens, e sentimos que deveria ser necessário existir alguma forma de mulheres escreverem suas próprias histórias (Y. F. 17 anos)

Apesar de desgastante, a pesquisa científica é vista com muito entusiasmo pelos orientandos da linha de pesquisa História, Memória e Oralidade. É partir das atividades realizadas no grupo de pesquisa, suas leituras, construção de projeto e a velha conhecida “mão na massa”, que eles compreendem os meandros do trabalho científico, se posicionam em relação as suas temáticas e ao mundo de forma crítica e autônoma. Estar nos bastidores da construção do conhecimento científico já no ensino básico os proporciona, além de

participação de eventos, publicação de artigos e um *lattes* já recheado ao final do ensino médio, como eles costumam brincar, é uma importante ponte para reconhecermos a ciência e o ensino de história a partir de suas pluralidades e a diversidade de perspectivas. E mais, evidenciar que, apesar dos contratempos de nossa práxis, sejam eles de ordem estrutural ou de conjunturas que descreditem a ciência e o ensino de história, proporcionar ao estudante o fazer científico, é possibilitar e aproximar o seu pensar no mundo, o seu ser no mundo para além de conceitos e teorias distantes de sua realidade objetiva e quem sabe, insuflar o acesso à produção científica no ensino básico seja o ato revolucionário mais efetivo na promoção de uma sociedade mais justa e democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. **Educação popular com dignidade**. Presença Pedagógica, Belo Horizonte, v. 4, n. 41, p. 5-18, 2001.

BITTENCOURT, Circe Maria. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo: Cortez, 2004.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: História**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 2000.

CABRINI, Cabrini et al. **O ensino de História: Revisão urgente**. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 2008.

ESCOLA SESI DJALMA PESSOA. **Projeto Político Pedagógico**. Salvador. 2017.

FONSECA, Selva Guimarães. **Didática e Prática de ensino em História**. 7 ed.

Campinas: Papyrus, 2008.

FONSECA, Selva Guimarães. **Ser professor no Brasil: história oral de vida**. Campinas: Papyrus, 2003.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática de Liberdade**. 6 ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e terra. 1996.

GADOTTI, Moacir. **História da Ideias Pedagógicas**. 4 ed, São Paulo: Ática, 1996.

GUIRALDELLI JR, Paulo. **História da Educação Brasileira**. 3ed. São Paulo: Cortez, 2008.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. 2 ed, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

JOUTARD, Philippe. **História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (orgs.). *Uso e abusos da História oral*. 7 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

MARTINS, Pura Lúcia Oliver. **Didática Teórica, Didática Prática: para além do confronto**. 7 ed, São Paulo: Loyola, 2002.

MONTEIRO, Ana Maria. **Professores de História: Entre Saberes e Práticas**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

NIDELCOFF, María Teresa. **Uma Escola para o Povo**. 19 ed, São Paulo: Brasiliense, 1984.

SAVIANI, Dermeval. **As Concepções Pedagógicas na História da Educação Brasileira**. Campinas. 25. Ago. 2005.

SEIXAS, Maria Luiza C. **Os significados/conceitos de práxis evidenciados na pesquisa**. In: *A práxis nossa de cada dia: significados da experiência refletida e da reflexão experiência da dissertação de Mestrado*. Salvador: Programa de Pós-graduação em Educação FAGED / UFBA, 2006.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 22 ed, São Paulo SP, Editora Cortez, 2006.

SENA, Ana Luiza. COSTA, Heloísa da Cunha. SANTOS, Luís Felipe de Jesus Brasil. **Subjetividades em Sala: um olhar sobre a mulher professora na Escola SESI Djalma Pessoa**. Salvador. 2018.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.

TOURINHO, Maria Antonieta Campos. **O ensino de história: inventos e contratempos**. 2004. Tese de Doutorado. Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal da Bahia.

VOLDMAN, Daniele. **Definições e usos**. In: FERREIRA, Mariete de Moraes;